



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

Jornal do **Dia**

QUINTA-FEIRA, 28 :: ABRIL :: 2016

idades

8

Subvenções: Mundinho falta à audiência da Justiça em Lagarto

A Vara Criminal de Lagarto (Centro-Sul) deu início ontem à instrução do processo que apura um dos esquemas relacionados ao 'Escândalo das Subvenções', que envolve o uso irregular das verbas de subvenção parlamentar da Assembleia Legislativa (Alese). Ontem de manhã, em audiência realizada no Fórum Desembargador Epaminondas de Andrade Lima, em Lagarto, foram ouvidos os irmãos Augifranco Patrick de Vasconcelos e Ygor Henrique Batista de Vasconcelos, ambos ligados à 'Associação Ala Jovem de Lagarto'. Eles são acusados de usarem a entidade para desviar cerca de R\$ 3 milhões

em recursos repassados pela Alese, ao longo do ano de 2014.

Era aguardada ainda a presença do ex-deputado estadual Raimundo Lima Vieira, o 'Mundinho da Comase', arrolado como réu deste processo. No entanto, por motivos não informados, ele não compareceu à audiência. De acordo com o advogado Paulo Roberto Soares, responsável pela defesa dos irmãos Vasconcelos, uma nova audiência foi marcada para o dia 1º de junho, quando devem ser ouvidas outras 16 testemunhas, incluindo as de defesa. 'Mundinho', que é acusado de ter indicado as verbas para Ala Jovem e recebido parte delas de

volta, deve ser novamente convocado.

A audiência de ontem aconteceu a portas fechadas, sem a presença de jornalistas. Ygor e Augifranco, também arrolados como réus, foram interrogados e ouviram os depoimentos de três testemunhas, incluindo o promotor Belarmínio Alves, da Comarca de Lagarto, que liderou as investigações do Ministério Público Estadual (MPE) sobre o esquema. Ainda conforme o advogado, a defesa prévia de seus clientes foi entregue formalmente ao juiz responsável pelo caso.

O promotor reafirmou que o ex-deputado e os irmãos Vasconcelos comandaram um esquema que

consistia no repasse irregular das verbas destinadas à Ala Jovem para contas bancárias ligadas a Augifranco e à empresa MP10, ligada a Ygor, que por sua vez repassava o dinheiro para Mundinho e outros seis deputados e ex-deputados estaduais ainda investigados no âmbito do Tribunal de Justiça de Sergipe (TJSE). Os réus chegaram a ser presos pela Polícia Civil em junho de 2015, mas liberados dias depois, após assinarem um inédito acordo de delação premiada com o Ministério Público. Eles são formalmente acusados pelo crime de peculato (desvio de dinheiro ou bem público), podendo ser condenados a até 12 anos de prisão.